

A ÉTICA PÓS-MODERNA E O PROJETO LIBERAL-CONSERVADOR

Sidnei Ferreira de Vares

GOERGEN, Pedro. *Pós-modernidade, Ética e Educação*. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2010. 108 p. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo).

Pedro Goergen é Pós-Doutor em Filosofia pelo *Institut für Bildungsforschung* de Berlin. Professor titular aposentado da Faculdade de Educação da UniCamp. Atualmente é professor titular da Universidade de Sorocaba (UniSo) e professor convidado da UniCamp. Dedicou-se durante anos ao tema da educação e possui um número considerável de publicações sobre este tema, entre artigos, capítulos de livros e livros inteiros.

Seu trabalho “Pós-modernidade, Ética e Educação”, publicado pela Editora Autores Associados, compõe-se de 108 páginas. Trata-se, portanto, de um opúsculo, que fora originalmente produzido para integrar uma coletânea, organizada por Claudinei Lombardi, pela mesma editora. Contudo, após a sua conclusão, o texto revelou-se inadequado àquela finalidade, devido a sua extensão. Por isso fora aconselhado a publicá-lo em formato de livro na série “Polêmicas de Nosso Tempo”. Dividido em quatro capítulos, o texto trás a tona o embate teórico entre “modernos” e “pós-modernos”, focando os temas da ética e da educação no contexto deste debate.

Logo na “Introdução” o autor situa o leitor a respeito da polêmica que alimenta sua reflexão, a saber, o embate entre os que defendem o “desencantamento” da modernidade, sem, entretanto, lançar mão de seu esgotamento definitivo, e os que anunciam o limiar de uma nova era, isto é, da “pós-modernidade”. Para tanto, com vistas a exemplificar este segundo grupo, evoca autores como Lyotard, que, com base nas teses foucaultianas, entende que os traços básicos da contemporaneidade configuram uma nova fase da história humana, em substituição à modernidade. Afirma que tal leitura desencadeou uma importante discussão, cujas implicações teóricas alcançaram diversas áreas do conhecimento, em particular a epistemologia e a filosofia, mas também áreas afins, como a ética e a educação. Para Goergen, a segunda metade do século XX, sobretudo a década de 90, foi marcada por um discurso fatalista que, em nome das “leis

* Doutor e Mestre em Educação pela USP e professor dos Cursos de História, Filosofia e Pedagogia do Centro Universitário Assunção (UNIFAI – SP).

ocultas e poderosas do mercado” (p. 6), submetia-nos a todos, impedindo soluções no plano coletivo, pois, em última instância, o individualismo extremo, resultado direto do avanço neoliberal, atravancou a esperança de dias melhores, sobretudo das camadas sociais mais pauperizadas, pois alijadas dos avanços científicos e tecnológicos. Contudo, alerta Goergen, o novo milênio resgatou parte dessa esperança, oportunizando aos indivíduos repensar seu lugar no mundo. Adotando um tom otimista, o autor procura demonstrar que o projeto moderno, em que pese todas as suas mazelas e fragilidades, não se esgotou completamente, e ainda que a modernidade tenha problemas, “a mudança de mentalidade, o nascer de uma nova consciência precisam ser estimulados através do processo educativo” (p. 9). No seio desta discussão filosófica entre “modernos” e “pós-modernos”, argumenta Goergen, repousa a urgência de edificarem-se novos valores com vistas a superar o determinismo econômico, bem como recuperar a dimensão histórica que fora-nos negada. Como fazer isto? É o que o autor pretende responder.

No primeiro capítulo, intitulado “Da crítica à Negação da Razão Moderna”, o autor mapeia historicamente o percurso da razão na modernidade, cujo ponto de partida é o Renascimento. Para tanto, confronta a racionalidade, entendida como a possibilidade de desvelar os segredos na natureza, objetivando empregar o conhecimento adquirido na solução de problemas, com a cultura metafísica e teocêntrica que caracterizava o período anterior e que, grosso modo, centrava-se na Igreja. A intenção é clara: comparar esses dois modelos sociais e, por conseguinte, suas respectivas visões de mundo, bem como salientar as características que definem o homem e a sociedade moderna. O antropocentrismo e a secularização despontam como os pontos fortes da modernidade e, conquanto a ciência tenha originado interpretações diversas, seja por meio do empirismo, seja por meio do racionalismo, o fato é que, de Bacon a Descartes, de Newton a Kant, é possível apreender a ideia básica segundo qual o uso da razão conduz a humanidade a um futuro mais desenvolvido. Essa “metarrativa”, que dá voz ao “projeto moderno”, rompe com a velha tradição escolástica e seu “tempo sagrado”, substituindo-a por um “tempo secular”, justificando a nova ordem que emerge com o mundo moderno. A modernidade, com efeito, tem como principal característica a “fé” na ciência e na razão, esses dois “fogosos cavalos” que conduzem o Estado secular, a despeito do Estado divino agostiniano, ao comando da história. A noção de “progresso”, portanto, permeia grande parte dos sistemas filosóficos ocidentais e delinea o “projeto moderno”, aproximando, de modo inédito na história ocidental, razão e liberdade, e prometendo, a exemplo da visão teleológica medieval, um futuro promissor. Contudo, esta mesma racionalidade converte-se, como atestam Adorno e Horkheimer em sua “Dialética do Esclarecimento”, em um modelo

hegemônico que já não conhece limites e que aos poucos substitui o próprio homem. O “desencantamento do mundo”, denunciado por Weber, agora pode ser encarado como o “desencantamento da modernidade”. Ora, esta “razão instrumental” longe de libertar, “coisifica” o homem e põe a legitimidade do projeto moderno em *xequê*. Daí o aparecimento de um grupo de autores, que, contrariamente aos frankfurtianos, defendem que a modernidade se esgotou e que, portanto, estaríamos vivendo um novo momento da história: a pós-modernidade. Mas, o que é a pós-modernidade e quais as suas implicações?

No segundo capítulo, “O Novo Contexto: Pós-moderno?”, Goergen aponta as dificuldades de enquadrar os representantes do pensamento pós-moderno em uma única rubrica, haja vista as diferenças que os encerram. Entretanto, há um aspecto, bastante geral à maioria desses autores, que Goergen pretende explorar, a saber, a tese do “fim da história” ou do “fim das metarrativas”. Segundo o autor, este é um ponto comum entre aqueles autores que se identificam com o pós-modernismo. Conquanto as nuances entre seus representantes sejam inegáveis, grosso modo todos eles afirmam o esgotamento da modernidade. Autores mais radicais como Lyotard, defendem a completa falência do projeto moderno, sendo Auschwitz o símbolo paradigmático da tragédia moderna. Outros, mais moderados, a exemplo de Vatimo, ressaltam a fragmentação da cultura como uma das características da pós-modernidade. Mas, a despeito dessas nuances os pós-modernos atacam a pretensa universalidade reclamada pela tradição moderna, rechaçando a ideia de um futuro glorioso, contida na noção de progresso. Com efeito, as implicações éticas de tais posições não passam despercebidas, pois à medida que não há mais espaço para as metarrativas, as soluções restringem-se ao campo das “pequenas narrativas”, isto é, das soluções pragmáticas e individuais. Assim, a universalidade, característica do discurso moderno, cede lugar ao relativismo, típico do discurso pós-moderno. Ora, Goergen não partilha das posições pós-modernistas, pois endossá-las corresponderia a admitir o fracasso do projeto moderno. Destarte, Goergen aproxima-se do pensamento de Jürgen Habermas e de sua tentativa de salvar a razão do relativismo consciente. Isto porque Goergen não aceita a ideia segundo a qual “não há mais nada a fazer”. Para o autor, ao anunciarem o fim de tudo, os pós-modernos conduzem o ser humano a uma resignação absoluta, impedindo-o de “orientar os rumos de sua história individual e coletiva” (p. 36). É contra este “fatalismo” que os autores modernos se insurgem. Habermas, nesse sentido, desponta com um autor interessante à medida que, para este, os pós-modernos são “neoconservadores”. Na ótica habermasiana os autores pós-modernos não só negam a possibilidade de qualquer metanarrativa, qualquer intervenção a favor de um projeto social

estruturado, como manifestam uma desconfiança radical em relação às utopias. O debate entre “modernos” e “pós-modernos” constitui o cerne de uma temática ético-política cara a ambos, pois resvala na busca por “princípios intra-subjetivos que sirvam de parâmetro de orientação da ação humana” (p. 37). E, nesse quesito, as opiniões se dividem entre os que defendem um subjetivismo relativista e os que apregoam a construção de princípios de validade universal que ultrapassem a perspectiva de uma cultura determinada. É no seio deste debate que Goergen reflete os temas da ética e da educação.

No terceiro capítulo, “Tempos de Pós-moralidade?”, Goergen debruça-se sobre duas escolas de pensamento distintas, a alemã e a francesa. Analisa as implicações teóricas de dois importantes pensadores contemporâneos, a saber, Habermas e Lipovetsky. Goergen inicia pela “Teoria da Ação Comunicativa” de habermasiana, chamando a atenção para a tentativa, levada a cabo por Habermas, de refundamentar a verdade a partir do processo comunicativo. Segundo Goergen, o autor alemão resgata o conceito comunicativo de razão, no qual as proposições éticas, tais como valores, normas, leis etc., passam pelo crivo da argumentação e, portanto, da intersubjetividade. Visto que é a partir das “convenções morais que as pessoas constroem seus conceitos fundacionais que as orientam no seu agir prático” (p.41), as convenções que não se justificam racionalmente precisam ser substituídas por outras que resistam a tal julgamento. A construção de novos valores, portanto, deve assentar-se no processo argumentativo, na linguagem. Na ótica de Habermas a crise da modernidade pode ser explicada a partir da hipertrofia do “mundo sistêmico”, onde predomina a ação instrumental, que colonizou o “mundo da vida”, castrando a ação dialógica. Destarte, o autor defende a “descolonização”, isto é, o resgate da dialogicidade como elemento primordial à construção de novos valores. Quanto a Lipovetsky, Goergen destaca as duras críticas deste à defesa feita por Habermas sobre o uso crítico da razão. Na leitura de Lipovetsky, tal posição é elitista e intelectualista, isto porque o consumo midiático não exclui a opinião crítica. Em outros termos, o “espetáculo” não é o coveiro da razão. Afastando-se das posições teóricas de Habermas, Lipovetsky adota uma postura mais imediatista, assentada na lógica da personalização. Decerto, isto resulta do substrato epistêmico que respalda cada uma das posições analisadas. Na esteira do pós-modernismo, Lipovetsky centra o discurso ético contemporâneo no primado individualista e, conquanto estabeleça uma distinção entre o individualismo “responsável” e o “irresponsável”, defende a tese de que o indivíduo se tornou um valor absoluto dos tempos modernos e que, portanto, não existe espaço para uma ética centrada em valores altruístas. Na direção de outros pensadores, a exemplo de Baudrillard, Castoriadis e

Bloom, Lipovetsky lança mão de um projeto voluntarista em termos éticos, rompendo com a tradição metafísica-teológica e esbarrando no utilitarismo. É exatamente contra este “cenário niilista” que Goergen insurge-se. Sua posição, bem mais próxima de Habermas, consiste em formular uma ética assentada em valores intersubjetivos que possa, concomitantemente, dar sentido a existência humana e superar os antiquados modelos éticos do passado.

No quarto e último capítulo, “Novas Perspectivas para a Educação”, Goergen analisa a repercussão dessas teorias no campo epistêmico e ético, cujos impactos também se estendem ao campo educacional. Visto que a educação, antes imbuída em resguardar a conformidade do ser humano com os valores religiosos, passou na modernidade a ser concebida em vistas do aprimoramento da racionalidade, então, como concebê-la na perspectiva pós-moderna? Se as instituições modernas já não servem de referência ao agir humano, qual o papel da escola nesta sociedade? As questões levantadas por Goergen, além de complexas, são urgentes. Afinal, os cientistas e os sábios, novos sacerdotes dos tempos modernos, falharam em seu intento de promover uma racionalidade emancipatória. O projeto pedagógico iluminista, calcado numa visão de escola universalista, transformou-se em uma instituição promotora de ideais uniformizadores da cultura dominante, formando homens submissos à ordem burguesa. E, assim, a razão, de instrumento de emancipação, tornou-se instrumentalizada. Todavia, aceitar as posições pós-modernas acerca do esgotamento das metanarrativas significa aceitar que, no tocante à educação, deve-se assumir uma posição resignatória, abrindo mão de qualquer projeto coletivo mais amplo em nome de interesses puramente individuais. Em termos pedagógicos pode-se avistar a influência desta posição em propostas como a da “desregularização” curricular, com sua ênfase nos localismos e na diversidade, mas que, contudo, está sempre na eminência de reproduzir as desigualdades culturais ou de transformar a educação em uma mercadoria. Para Goergen, a aceitação das teses pós-modernas corresponde à renúncia da esperança, o que, a seu ver, não deixa de ser um exagero, afinal, a história é um campo sempre aberto a mudanças e a novos discursos. Daí a impossibilidade de decretar-se o fim da história e das metanarrativas. Ao afirmar que a noção de “descentralização” corresponde à fragmentação da vida econômica e social em oposição à organização burocrática que caracterizara a sociedade industrial, e que a educação, nessa perspectiva, não pode reduzir-se a uma ordem planejada, os pós-modernos aproximam-se do neoliberalismo, pois, subjacente à tese segundo a qual a sociedade pós-industrial baseia-se na descentralização, está a ideia de que nada deve opor-se ao indivíduo. Claro, aos educadores, não se trata de escolher entre Habermas e Lipovetsky, mas participar do debate com vistas à construção

de princípios que possam orientar a prática educativa. Na medida em que os fundamentos da ética tradicional, totalizante e universal, passa da fixidez a fluidez, uma época de incertezas anuncia-se, caracterizada pelo *laissez faire* e pelo individualismo radical. Para Goergen, essas características correspondem à mercantilização do ético (p. 77). Não obstante, a escola, apesar de todas as dificuldades, não pode abrir mão da formação ética de seus alunos, pois, do contrário, não pode descartar a razão crítica em detrimento da submissão acrítica à razão instrumental. Se a religião e a tradição não são mais capazes de respaldar o comportamento ético das pessoas, a construção de novos valores passa “pelo convencimento racional que, de um lado, se origina do contexto cuja vivência convence a respeito de formas respeitadas e solidárias de convivência e, de outro lado, pela argumentação, ou, em termos habermasianos, pela ação comunicativa na qual se tematizam normas” (p.84).

Na “Conclusão”, Goergen atenta para os processos que tornam a razão – epicentro do projeto moderno – um objeto de frustração entre os representantes do pensamento moderno e pós-moderno. O autor também chama a atenção para os impactos deste debate nos campos da ética e da educação, salientando, a partir das contribuições pós-modernas, os riscos do niilismo, a incerteza e a ausência de significados que assolam as novas gerações. A escola, que enfrenta sua maior crise desde o início da modernidade, ainda é, segundo o autor, o espaço ideal para a construção de novos valores.

Entre os méritos que encerram este trabalho, chama atenção o modo cuidadoso e didático com que Goergen situa uma discussão desta envergadura, bem como a sua imparcialidade frente às posições teóricas analisadas. Ademais, ao focar as implicações desta discussão para o campo ético, o autor abre espaço para se pensar o papel da escola e sua real potencialidade no sentido de contribuir para a construção de valores capazes de nortear a ação humana, sobretudo quanto às novas gerações.